

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	572.078.479
Preferenciais	578.578.081
Total	1.150.656.560
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	5.067.489	5.015.791
1.01	Ativo Circulante	708.692	917.694
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.985	46.907
1.01.02	Aplicações Financeiras	139.464	408.875
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	139.464	408.875
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	139.464	408.875
1.01.03	Contas a Receber	327.940	289.714
1.01.03.01	Clientes	321.783	283.815
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.157	5.899
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	6.157	5.899
1.01.04	Estoques	119.170	130.523
1.01.06	Tributos a Recuperar	90.157	28.269
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	90.157	28.269
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.976	13.406
1.01.08.03	Outros	20.976	13.406
1.02	Ativo Não Circulante	4.358.797	4.098.097
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.099.666	1.065.924
1.02.01.04	Contas a Receber	19.589	22.416
1.02.01.04.01	Clientes	16.468	22.416
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	3.121	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	49.464	53.326
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	49.464	53.326
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.030.613	990.182
1.02.01.10.03	Depósitos dado em Garantia	102.046	108.598
1.02.01.10.04	Ativo Financeiro Municipalizado	27.702	5.193
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro de Contrato	876.247	830.929
1.02.01.10.06	Direito de Uso de Bens	24.618	45.462
1.02.02	Investimentos	32	34
1.02.02.01	Participações Societárias	32	34
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	32	34
1.02.03	Imobilizado	55.192	60.935
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	55.192	60.935
1.02.04	Intangível	3.203.907	2.971.204
1.02.04.01	Intangíveis	3.203.907	2.971.204
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.664.050	1.672.527
1.02.04.01.02	Ativo de Contrato	1.539.857	1.298.677

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	5.067.489	5.015.791
2.01	Passivo Circulante	767.681	733.898
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	100.212	81.878
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.155	20.806
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	83.057	61.072
2.01.02	Fornecedores	84.669	102.919
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	84.669	102.919
2.01.03	Obrigações Fiscais	136.190	77.873
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	135.430	77.170
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	89.738	24.422
2.01.03.01.02	REFIS	147	4.367
2.01.03.01.03	COFINS	11.787	20.050
2.01.03.01.04	COFINS Parcelamento	24.058	17.573
2.01.03.01.05	Outros	9.700	10.758
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	760	703
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	352.128	366.862
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	150.176	163.064
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	49.649	73.567
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	100.527	89.497
2.01.04.02	Debêntures	184.048	175.686
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	17.904	28.112
2.01.05	Outras Obrigações	2.412	14.843
2.01.05.02	Outros	2.412	14.843
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1	12.053
2.01.05.02.07	Outros	2.411	2.790
2.01.06	Provisões	92.070	89.523
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	92.070	89.523
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	92.070	89.523
2.02	Passivo Não Circulante	2.111.264	2.278.315
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.728.016	1.825.549
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	811.995	787.114
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	339.581	320.869
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	472.414	466.245
2.02.01.02	Debêntures	901.978	1.016.905
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	14.043	21.530
2.02.02	Outras Obrigações	154.176	139.649
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	49.614	41.038
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	49.614	41.038
2.02.02.02	Outros	104.562	98.611
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	86.296	77.169
2.02.02.02.04	Receita Diferida	18.266	18.266
2.02.02.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	0	3.176
2.02.03	Tributos Diferidos	56.943	60.901
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	56.943	60.901
2.02.04	Provisões	172.129	252.216

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	172.129	252.216
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.562	12.002
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	51.296	115.896
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	55.260	65.307
2.02.04.01.05	Plano Previdenciário - Déficit Atuarial	59.011	59.011
2.03	Patrimônio Líquido	2.188.544	2.003.578
2.03.01	Capital Social Realizado	1.355.289	1.224.547
2.03.02	Reservas de Capital	0	120.000
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	120.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	76.840	78.424
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	76.840	78.424
2.03.04	Reservas de Lucros	541.051	541.051
2.03.04.01	Reserva Legal	37.425	37.425
2.03.04.10	Reserva para Fundo de Investimentos	503.626	503.626
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	181.909	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	67.085	73.186
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-33.630	-33.630

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	496.640	1.425.943	408.338	1.199.275
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-242.421	-722.306	-225.433	-705.034
3.03	Resultado Bruto	254.219	703.637	182.905	494.241
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-95.235	-290.350	-121.826	-307.779
3.04.01	Despesas com Vendas	-30.712	-92.459	-30.050	-81.518
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-72.754	-226.797	-93.151	-234.194
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.335	29.500	2.362	8.530
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-104	-594	-987	-597
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	158.984	413.287	61.079	186.462
3.06	Resultado Financeiro	-48.558	-149.622	-52.927	-124.542
3.06.01	Receitas Financeiras	12.681	50.380	6.357	25.241
3.06.02	Despesas Financeiras	-61.239	-200.002	-59.284	-149.783
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	110.426	263.665	8.152	61.920
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-37.322	-89.441	-2.939	-21.372
3.08.01	Corrente	-37.862	-89.538	-4.034	-19.607
3.08.02	Diferido	540	97	1.095	-1.765
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	73.104	174.224	5.213	40.548
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	73.104	174.224	5.213	40.548
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,06085	0,14502	0,00524	0,04077
3.99.01.02	PN	0,06618	0,15773	0,00573	0,04461

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	73.104	174.224	5.213	40.548
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.553	7.683	2.565	7.696
4.02.01	Realização da reserva de reavaliação	3.868	11.641	3.886	11.660
4.02.02	Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	-1.315	-3.958	-1.321	-3.964
4.03	Resultado Abrangente do Período	75.657	181.907	7.778	48.244

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	183.144	207.397
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	291.039	179.505
6.01.01.02	Lucro de Líquido Exercício	174.224	40.548
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	123.837	133.836
6.01.01.04	Depreciação - Crédito de Tributos	8.094	7.182
6.01.01.05	AVP de Direito de Uso de Bem	3.149	1.012
6.01.01.06	IR e CSLL Diferidos	-97	1.764
6.01.01.07	Provisão para Contingência	-15.487	-5.044
6.01.01.09	Alienação do Imobilizado	439	207
6.01.01.10	Outros Ajustes	-3.120	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-107.895	27.892
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-32.020	9.818
6.01.02.02	Partes Relacionadas	8.318	11.986
6.01.02.03	Estoques	11.353	-6.042
6.01.02.04	Depósitos dados em garantia	6.552	5.294
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-61.888	31.203
6.01.02.06	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e participações	15.158	34.070
6.01.02.07	Tributos a Recolher	67.445	33.347
6.01.02.08	PDVI	-62.053	-53.747
6.01.02.09	Fornecedores	-18.250	-15.048
6.01.02.10	Convênios com prefeituras	0	2.909
6.01.02.12	Pagamento de Dividendos	-12.052	-19.235
6.01.02.14	Outros	-7.949	-6.663
6.01.02.15	Ativo Financeiro	-22.509	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-404.647	-345.336
6.02.01	Adições no Imobilizado e Intangível	-420.361	-345.336
6.02.04	Baixa de Imobilizado e Intangível devido à Municipalização	15.712	0
6.02.05	Outros ajustes	2	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-83.830	161.683
6.03.01	Adições nos Empréstimos e Financiamentos	133.492	288.056
6.03.02	Amortização dos Empréstimos e Financiamentos	-228.064	-235.688
6.03.03	Outros Ajustes	0	72
6.03.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	90.000
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Dividendos Governo	0	19.243
6.03.06	Conversão de dividendos em AFAC e em espécie	10.735	0
6.03.07	Aumento de Capital	7	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-305.333	23.744
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	455.782	52.340
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	150.449	76.084

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.224.547	120.000	541.051	0	117.980	2.003.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.224.547	120.000	541.051	0	117.980	2.003.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	130.742	-120.000	0	0	0	10.742
5.04.08	Conversão de dividendos em AFAC e em espécie	130.735	-130.735	0	0	0	0
5.04.09	Aumento de Capital Minoritários	7	0	0	0	0	7
5.04.10	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Governo do Estado	0	10.735	0	0	0	10.735
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	174.224	0	174.224
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	174.224	0	174.224
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	7.685	-7.685	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	11.641	-11.641	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3.958	3.958	0
5.06.04	Baixas de investimentos	0	0	0	2	-2	0
5.07	Saldos Finais	1.355.289	0	541.051	181.909	110.295	2.188.544

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.118.641	86.663	492.022	0	163.585	1.860.911
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.118.641	86.663	492.022	0	163.585	1.860.911
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	109.243	0	0	0	109.243
5.04.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Governo do Estado (em espécie)	0	90.000	0	0	0	90.000
5.04.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Governo do Estado (Dividendos 2022)	0	19.243	0	0	0	19.243
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	40.548	0	40.548
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	40.548	0	40.548
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	7.769	-7.697	72
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	11.660	-11.660	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3.964	3.964	0
5.06.04	Outros Ajustes	0	0	0	1	-1	0
5.06.05	Baixas de investimentos	0	0	0	-33	0	-33
5.06.06	IRPJ prov. a maior em 2022 - FIA	0	0	0	105	0	105
5.07	Saldos Finais	1.118.641	195.906	492.022	48.317	155.888	2.010.774

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/09/2023
7.01	Receitas	1.562.749	1.299.899
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.573.449	1.324.119
7.01.02	Outras Receitas	28.906	7.933
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-39.606	-32.153
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-465.842	-470.476
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-260.824	-262.244
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-193.459	-196.604
7.02.04	Outros	-11.559	-11.628
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.096.907	829.423
7.04	Retenções	-153.154	-158.123
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-123.837	-133.836
7.04.02	Outras	-29.317	-24.287
7.04.02.01	Depreciação - crédito de tributos	-8.094	-7.182
7.04.02.02	Amortização dto de uso de bem	-21.223	-17.105
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	943.753	671.300
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.380	25.241
7.06.02	Receitas Financeiras	50.380	25.241
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	994.133	696.541
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	994.133	696.541
7.08.01	Pessoal	324.936	300.623
7.08.01.01	Remuneração Direta	229.163	213.591
7.08.01.02	Benefícios	72.358	58.315
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.650	16.479
7.08.01.04	Outros	5.765	12.238
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	294.971	205.587
7.08.02.01	Federais	294.636	205.273
7.08.02.02	Estaduais	294	264
7.08.02.03	Municipais	41	50
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	200.002	149.783
7.08.03.01	Juros	159.391	152.976
7.08.03.03	Outras	40.611	-3.193
7.08.03.03.01	Variações monetárias e cambiais	24.175	-17.925
7.08.03.03.02	Outras	1.204	2.427
7.08.03.03.03	Multas e acréscimos moratórios	15.232	12.305
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	174.224	40.548
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	174.224	40.548

Comentário do Desempenho



Destaques dos resultados até o 3º Trimestre 2024

1. INTRODUÇÃO

A Companhia tem como prioridade número um, desenvolver sua missão de “Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, bem estar, qualidade de vida e desenvolvimento econômico, social e sustentável”, através da prestação dos serviços em todos municípios onde opera.

Um desafio importante para a Companhia, é fazer a expansão até atingir a “universalização” dos sistemas de esgotamento sanitário a fim de cumprir os prazos estabelecidos pelos contratos com municípios e pela Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país.

A Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

2. EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Demonstramos abaixo alguns indicadores operacionais da companhia no final do 3º trimestre de 2024 e o comparativo com o mesmo período do ano anterior:

Discriminação	30/09/2024	30/09/2023	Variação	Δ%
Ligações de Água	857.315	839.658	17.657	2,10%
Ligações de Esgoto	155.849	150.437	5.412	3,60%
Unidades Autônomas de Água	1.293.311	1.258.483	34.828	2,77%
Unidades Autônomas de Esgoto	385.654	367.762	17.892	4,87%
População Urb. Atendida c/ Água	2.700.501	2.694.139	6.362	0,24%
Índice de Abast. Urb. de Água *	96,43%	99,2%	0	-2,79%
População Urb. Atendida c/Esgoto	850.453	910.951	-60.498	-6,64%
Índice de Abast. Urb. de Esgoto *	30,37%	34,2%	0	-11,20%
Número de Empregados	2.689	2.635	54	2,05%
Ligações (A+E) /Empregados	376,8	376	1	0,21%
Desp. Pessoal/Rec. Operac. Líquida	27,33%	30%	-2,67%	-8,89%
Vol. Faturado Água Acumulado Ano	139.802	133.882	5.920	4,42%
Vol. Faturado Esgoto Acumulado Ano	33.326	31.235	2.091	6,69%

*A queda nos índices de atendimento se deve a mudança nas taxas de ocupação domiciliares do Censo 2022, uma vez que a população atendida é calculada pela multiplicação do número de unidades autônomas residências pela taxa de ocupação.

A tabela acima demonstra o crescimento da base de clientes e a expansão de serviços de água e esgoto, uma ligeira melhoria na eficiência de pessoal e o crescimento no volume faturado indicam uma tendência positiva no desempenho operacional.

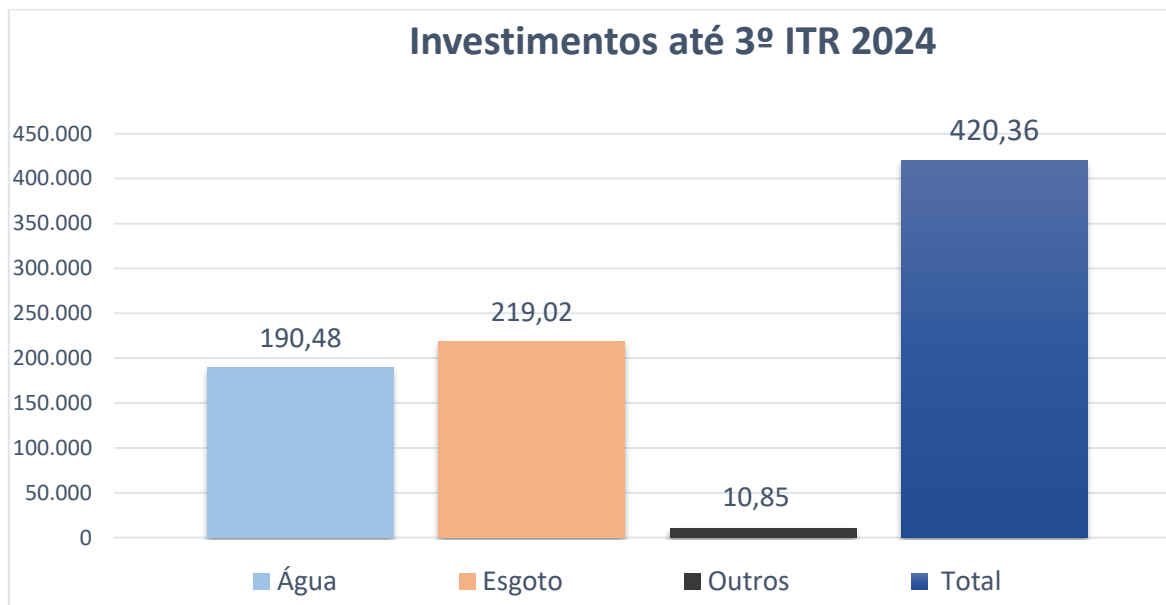


Comentário do Desempenho

3. INVESTIMENTOS

A Companhia segue focada na execução do seu plano de investimentos para desenvolver e expandir os serviços, em razão de seu compromisso com os municípios operados e a sua preocupação com a melhoria da qualidade de vida das pessoas afetadas direta e indiretamente no Estado, no que se refere ao abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários.

Nesse sentido, foram aplicados até setembro de 2024 o montante de R\$420,36 milhões, conforme abertura apresentada no gráfico a seguir



4. ANÁLISE DO DESEMPENHO ATÉ O TRIMESTRE

4.1. ATIVO E PASSIVO – em comparação com DFP de 2023

Ativo Circulante

O comportamento de queda de 23% em relação a dezembro (de R\$917,69 milhões para R\$708,69 milhões), resultou na baixa da liquidez corrente para 92% e se deve principalmente pela redução do caixa e aplicações financeiras, que seguem pressionados pelos elevados investimentos do plano de negócios e também pela amortização dos empréstimos. A Companhia trabalha para, ainda no curto prazo, melhorar o resultado deste índice.

Ativo Não Circulante

Apurou-se um acréscimo de 10% em relação a dezembro (de R\$4.098,09 milhões para 4.358,79 milhões), decorrente principalmente do aumento da conta Ativo de Contrato (Obras em andamento) que obteve acréscimo de 19% (atingindo R\$1.539,86 milhões) correspondente ao avanço na execução de obras de saneamento.

Passivo Circulante

Verificou-se um acréscimo de 5% (de R\$733,90 milhões para R\$767,68 milhões). Contribuiu para isso a conta Obrigações trabalhistas com um aumento de R\$18,33 milhões, decorrentes dos reajustes salariais e da conta Impostos e contribuições a recolher com um aumento de

Comentário do Desempenho



R\$58,32 milhões. devido ao nosso resultado mais robusto, o que, conseqüentemente, elevou o montante desses impostos.

Passivo Não Circulante

Verificou-se uma queda de 7% do total (de R\$2.278,32 milhões para R\$2.111,26 milhões). A rubrica que mais contribuiu para essa variação fora a conta de Empréstimos e Financiamentos com redução de R\$90 milhões e da conta do Programa de Demissão voluntária incentivada, com queda de R\$64,60 milhões a menos, tendo em vista a aproximação do fim do Programa em 2026.

4.2. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS – em comparação com o mesmo período do ano anterior

Receita Operacional

As receitas apresentaram um expressivo incremento de 18,8% (de R\$1.324,12 milhões para R\$1.573,45 milhões), ocasionado pelo reajuste tarifário de 6,35% a partir de julho de 2023, pela revisão tarifária de 16,08% a partir de junho de 2024 e também pelo crescimento do consumo e base total de clientes, conforme apresentado no item 2.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento da receita, em milhões de reais:

	3º ITR 2024	3º ITR 2023	Δ R\$	Δ %
Tarifas de água	1.217,581	1.030,606	186,975	18,1%
Tarifas de esgoto	338,272	277,765	60,507	21,8%
Outras	17,596	15,749	1,847	11,7%
Total Receita Bruta	1.573,449	1.324,120	249,330	18,8%
Deduções da receita PIS e COFINS	(147,507)	(124,844)	(22,662)	18,2%
Total Receita Líquida	1.425,943	1.199,275	226,667	18,9%

Custos e Despesas dos Serviços Prestados

Os custos e despesas dos Serviços Prestados apresentaram um acréscimo de apenas 2% (de R\$1.020,75 milhões para R\$1.041,56 milhões), principalmente pelo maior controle orçamentário e ausência de fatores extraordinários ocorridos no período.

A distribuição e variação dos custos de despesas operacionais são demonstradas no quadro a seguir:

	3º ITR 2024	3º ITR 2023	Δ R\$	Δ %
Pessoal	389.732	360.827	28.905	8,0%
Materiais	79.273	90.513	-11.239	-12,4%
Serviços de Terceiros	258.850	249.961	8.889	3,6%
Gerais	129.039	136.352	-7.313	-5,4%
Depreciação, Amortização e Prov.	184.666	183.094	1.572	0,9%
Total	1.041.561	1.020.747	20.815	2,0%



Comentário do Desempenho

A seguir são detalhadas as principais variações verificadas nos grupos:

Pessoal: aumento de 8% ocasionado principalmente pelos reajustes salariais, com base no INPC de 3,65% em 2023 e 3,23% em 2024 (data base maio), aumento das despesas médicas (R\$22.19 milhões em 2023 para R\$28.27 milhões em 2024), aumento R\$7 milhões nas despesas com vale alimentação (programa de alimentação ao trabalhador) e aumento do número de empregados em 2,05%.

Materiais: redução de 12,4% ocasionado pela redução tanto do consumo quanto do preço de alguns materiais, refletidos principalmente na redução dos gastos com materiais de manutenção e operação (-23%) e material de tratamento (-11%).

Serviços de Terceiros: aumento de 3,6% ocasionado principalmente pelos aumentos dos gastos com Energia Elétrica (7,48%) como também a conta de Serviços de Manutenção e Operação (15,31%).

Gerais e Administrativas: redução de 5,40% ocasionado principalmente pela redução de Indenizações a Terceiros (-80,03%), das despesas com ações cíveis e trabalhistas (respectivamente -22,34% e -42,29%) e de o IOF (-83,67%).

Depreciações, Provisões e Amortizações: aumento de 0,9%, decorrente principalmente pelo aumento na realização de perdas de créditos de contas a receber.

4.3. RESULTADO– em comparação com o mesmo período do ano anterior

Resultado Financeiro

O resultado financeiro teve uma variação de 20,10% (de -R\$124,54 milhões para -R\$149,62 milhões), principalmente pelo aumento do endividamento, decorrente das captações de debentures ao final de 2023.

Ocorreu incremento de receitas financeiras de 99,6%, pelo aumento dos ganhos de aplicações financeiras e das receitas juros e correções decorrentes de atrasos de pagamento dos clientes.

Do mesmo modo, ocorreu aumento das despesas financeiras de 33,5%, decorrente das despesas com juros, taxas e variações cambiais dos empréstimos e debêntures.

Os efetivos valores do resultado financeiro são demonstradas no quadro a seguir:

	3º ITR 2024	3º ITR 2023	Varição	Varição %
Receitas financeiras	50.380	25.241	25.139	99,6%
Despesas financeiras	(200.002)	(149.783)	(50.219)	33,5%
Total	(149.622)	(124.542)	(25.080)	20,1%

Lucro Líquido do Exercício

No período, a Companhia apurou Lucro Líquido no montante de R\$174.224 milhões, representando um crescimento expressivo de 329,70% em relação ao mesmo período do ano de 2023. Apesar do aumento sutil dos custos, despesas operacionais e das despesas financeiras, a significativa elevação das receitas operacionais, refletiu nesse positivo resultado alcançado.



Comentário do Desempenho

Os efetivos valores são demonstrados no quadro a seguir:

	3º ITR 2024	3º ITR 2023	Variação	Variação %
Resultado Operacional	413.380	186.837	226.543	121,25%
Resultado Financeiro	(149.621)	(124.542)	(25.079)	20,10%
Tributos sobre o Lucro	(89.535)	(21.747)	(67.788)	242,88%
Lucro Líquido	174.224	40.548	133.676	329,70%

EBITDA

Decorrente dos números apresentados, o resultado do EBITDA do período foi de R\$566,44 milhões, atingindo a margem de 40%, representando um aumento de 64% em relação aos R\$344,58 milhões apurados no mesmo período do ano anterior, que havia atingido margem de 30%.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 30 de setembro de 2024, em milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma empresa pública de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, sendo os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente uma população de quase 3 milhões de pessoas nos seus municípios atendidos, sendo 193 municípios catarinenses (66% dos municípios do estado) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros seis municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 300 mil pessoas.

Dos 194 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 181 possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, dos quais 169 possuem as metas de universalização previstas na Lei Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 90,6% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios, a Companhia permanece operando e realizando as ações de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços.

Considerando a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação regionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar novas formas de atendimento, contratação e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios por ano de vencimento do Contratos de prestação de serviços:



Notas Explicativas

Nº DE MUNICÍPIOS POR ANO DE VENCIMENTO DOS CONTRATOS							
2024	1	2032	3	2042	12	2050	8
2025	18	2034	7	2043	14	2052	1
2026	5	2035	2	2044	7	2053	1
2027	2	2036	18	2045	3	2055	1
2028	11	2038	3	2046	8	2056	2
2029	4	2039	1	2047	5	2065	2
2030	12	2040	3	2048	11	Sem ou	
2031	1	2041	2	2049	13	vencido	13

Total de 194 municípios

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Prestação de Serviços e as metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 e da Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem ainda as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 18 de outubro de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;
- O ativo atuarial de benefício definido-BD é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.



Notas Explicativas

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis e notas explicativas são apresentadas em milhares de Reais, a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício segundo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado

Nota 20 – Provisão para contingências

Nota 21 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas e práticas contábeis são aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

As principais políticas e práticas contábeis materiais, adotadas na elaboração das demonstrações foram:

3.1. Transações e posições em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.



Notas Explicativas

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação onde a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: caso seja classificado como mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos conforme a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.
- Recebíveis: são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº 13.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação onde a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os recursos em espécie, os depósitos à vista em contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que funcionam como reserva de liquidez imediata, sem risco relevante de mudança no valor

3.4. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores vencidos por mais de 180 dias, representando um saldo considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas nas contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas. O valor assim determinado pode ser ajustado quando excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes.

3.5. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

3.6. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos, os mesmos são então bifurcados entre ativo financeiro de contrato e ativo intangível.

3.7. Imobilizado e Intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e Intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação/amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado ou intangível.

Ganhos e perdas na alienação de um item são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Notas Explicativas

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado ou intangível é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação ou amortização

Calculada sobre o valor depreciável ou amortizável de um bem, sendo o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos do imobilizado não são depreciados.

3.8. Capital Social

- Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Dão direito a voto nas assembleias de acionistas.
- Ações preferenciais: São classificadas como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Possuem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.9. Redução ao valor recuperável – *Impairment*

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.



Notas Explicativas

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos, que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável, relacionadas às UGCs, são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável, reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, devido às suas características peculiares;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;

Notas Explicativas

- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico de 2023 avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

3.10. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

É um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda onde os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - Benefício de término de vínculo empregatício

É reconhecido como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.



Notas Explicativas

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso: a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária; seja provável que a oferta seja aceita; e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor, em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.11. Provisões

São reconhecidas, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.12. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e
- iii. é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

3.13. Receita de Construção

A concessionária deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção dos bens vinculados à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, usando o método da porcentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado.

Notas Explicativas

A margem de construção adotada pela Companhia é estabelecida como sendo igual a zero, ou seja, margem nula. O valor da receita de construção é apresentado na Nota explicativa nº25, porém não é incluso nas demonstrações contábeis.

3.14. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

3.15. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

3.16. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

3.17. Imposto de renda e contribuição social

Os impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças

Notas Explicativas

temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.18. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

3.19. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

A Companhia possui dois segmentos de negócios identificáveis, apresentados por serviços de água e de esgotamento sanitário. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

3.20. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

Notas Explicativas

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21. Direito de Uso – Arrendamento

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se estes contêm ou não arrendamento conforme o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia desconta os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada, com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

- i. se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
- ii. qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;
- iii. juros incorridos no período (ajuste a valor presente);
- iv. PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2028, conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

Notas Explicativas

MATURIDADE DOS CONTRATOS		
Vencimento das Prestações	Ano 2024	Ano 2023
2024	27.387	30.404
2025	17.830	15.016
2026	7.059	6.078
2027	977	1.010
2028	652	674

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil estão representados da seguinte forma:

ATIVO	31/12/2023	Revisão / novos contratos	Baixas	Depreciação	30/09/2024
Não Circulante					
Direito de uso, Contratos de Arrendamento	45.462	-	-	(20.844)	24.618
PASSIVO					
Contratos de Arrendamento Mercantil	49.642	598	(18.293)	-	31.947
Circulante	28.112				17.904
Não Circulante	21.530				14.043

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

4.1. Gestão de Risco Financeiro

A Agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings (Fitch) em 24 de julho de 2024 realizou um upgrade no rating nacional de longo prazo da Companhia para 'BBB+ (bra)', elevando em uma única vez, três níveis (notches), o que a torna uma empresa segura para investimentos com perspectiva estável.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

Risco de Liquidez

Risco definido como a possibilidade de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros suficientes na data estabelecida para cada dívida, tendo em vista como consequência os descasamentos entre fluxos de pagamento e de recebimentos.

O monitoramento da liquidez será baseado, principalmente, nas projeções de fluxo de caixa da Companhia por no mínimo 12 meses, considerando receitas e despesas operacionais e de custeio, geração de caixa operacional, serviço da dívida, desembolso CAPES e possíveis alterações e sazonalidades.



Notas Explicativas

As estratégias para mitigar o risco de liquidez são manter o CMO – caixa mínimo operacional e garantir linhas de crédito disponíveis para o gerenciamento das operações e do fluxo de caixa.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;

Risco Financeiro

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona o pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para os acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito (dos juros calculados

Notas Explicativas

à taxa projetada para o período de doze meses ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro), seria o demonstrado a seguir:

Indexador		10/2024 a 09/2025	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
Projeção dos Juros		187.583	211.031	164.135	234.479	140.687	281.375	93.792
CAIXA	UPR	15.206	17.107	13.305	19.008	11.405	22.809	7.603
Debêntures Simples	CDI	118.094	132.856	103.332	147.618	88.571	177.141	59.047
Debêntures Incentivada	IPCA	29.404	33.080	25.729	36.755	22.053	44.106	14.702
Banco Safra	CDI	299	336	262	374	224	449	150
Banco do Brasil	CDI	16.511	18.575	14.447	20.639	12.383	24.767	8.256
ABC	CDI	8.069	9.077	7.060	10.085	6.051	12.103	4.034
Indexador: CDI		10,65	11,98	9,32	13,31	7,99	15,98	5,33
Indexador: IPCA		0,44	0,50	0,39	0,55	0,33	0,66	0,22
Indexador: UPR		22,64807	25,47907	19,81706	28,31008	16,98605	33,97210	11,32403

Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Moeda		30/09/2024	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
Passivo Financeiro		572.940	644.558	501.323	716.175	429.705	859.410	286.470
AFD	Euro	185.178	208.326	162.031	231.472	138.883	277.767	92.589
JICA	Ien	387.762	436.232	339.292	484.703	290.822	581.643	193.881
Cotação: Euro		6,0719	6,8309	5,3129	7,5899	4,5539	9,1079	3,0360
Cotação: Ien		0,03803	0,04278	0,03328	0,04754	0,02852	0,05705	0,01902

A Política de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicações de Recursos da Companhia está disponível no site de relação com investidores.

4.2. Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros).

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela a seguir:

Notas Explicativas

	30/09/2024	31/12/2023
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.048.197	2.142.769
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(10.985)	(46.907)
(-) Aplicações Financeiras e Títulos (nota 8)	(139.464)	(408.875)
Dívida Líquida	1.897.748	1.686.987
Total do Patrimônio Líquido	2.188.544	2.003.578
Capital Total	4.236.741	4.146.347
Índice de Alavancagem	45%	41%
Participação de Capital Próprio	52%	48%

4.3. Instrumentos Financeiros

Empréstimos e financiamentos: o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são:

	Valor Contábil = Valor Justo	
	30/09/2024	31/12/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.985	46.907
Aplicações Financeiras e Títulos	139.464	408.875
Contas a Receber de clientes (líquido de PDD)	338.251	306.231
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional	(1.475.256)	(1.587.027)
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira	(572.941)	(555.742)

Considerações gerais:

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Notas Explicativas

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

5.2. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

5.3. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas resultantes

Notas Explicativas

desses processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

5.4. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas-chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 21.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia opera em dois segmentos: tratamento e distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto sanitário. As políticas contábeis para esses segmentos são as mesmas usadas nas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos são divulgados de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre outros ativos e passivos de forma segregada, a exceção das mencionadas nessas notas explicativas, como a nota 15 relacionada ao Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado. As informações dos segmentos, usadas para decisões estratégicas e revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

Receita Operacional e Resultado:

	30/09/2024		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	1.235.107	338.343	1.573.450
Deduções da receita bruta	(115.873)	(31.634)	(147.507)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	1.119.234	306.709	1.425.943
Amortização operacional			(97.883)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(624.423)
Lucro bruto			703.637
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(319.256)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			28.906
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			413.287

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de setembro de 2024.

Em milhares de reais



Notas Explicativas

	30/09/2023		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	1.046.283	277.837	1.324.120
Deduções da receita bruta	(98.541)	(26.304)	(124.845)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	947.742	251.533	1.199.275
Amortização operacional			(89.874)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(615.160)
Lucro bruto			494.241
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(315.712)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			7.933
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			186.462

*Receitas e Custos apresentados líquidos das Receitas e Custos de Construção.

Receita Operacional por Superintendência:

	30/09/2024		30/09/2023	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Metropolitana	532.963	218.849	456.805	181.803
Sul/Serra	227.616	53.586	190.597	44.129
Oeste	269.713	47.055	226.271	37.653
Norte/Vale	204.814	18.853	172.610	14.252
Total	1.235.106	338.343	1.046.283	277.837

Receita Operacional por Município:

	30/09/2024		30/09/2023	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Florianópolis	277.444	162.505	239.934	135.083
Chapecó	75.264	30.723	62.382	25.527
Criciúma	87.907	37.419	75.484	31.773
Rio do Sul	30.944	1.292	27.094	194
São José	117.569	45.541	101.747	39.125
Outros	645.978	60.863	539.642	46.135
Total	1.235.106	338.343	1.046.283	277.837

No comparativo entre períodos, os incrementos mais significativos de receitas de esgoto foram nos municípios de Florianópolis (2 mil novas ligações, do novo sistema dos Ingleses) e Laguna (5 mil ligações liberadas para faturamento devido a provimento, em 11 de junho, do Agravo de Instrumento junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina "que afastou a suspensão da cobrança da tarifa de esgoto", devido a Ação Civil Pública n. 002132-78.2020.8.24.0040, proposta pelo município).

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem bens numerários e depósitos bancários livres para uso imediato, conforme tabela a seguir:



Notas Explicativas

	30/09/2024	31/12/2023
Bancos	10.985	46.907
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	10.985	46.907

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS

O montante de R\$139.464 (R\$408.875 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas, sem destinação específica no seu uso.

8.1. Política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos

Foi aprovada em 14 de dezembro de 2023 a política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos que instituiu diretrizes e competências que devem ser observadas pela Companhia, por todos os empregados e administradores.

8.2. Reconhecimento de perda em investimento

Em 2018 a CASAN possuía cotas nos Fundos de Investimentos Florença e Fromage, recebidos em dação de pagamento de um acordo extrajudicial. Em 2019 as cotas foram centralizadas no fundo Fromage. Posteriormente o fundo foi avaliado a valor zero e a Companhia reconheceu a perda patrimonial de aproximadamente R\$14 milhões, que foi baixado contabilmente ao reconhecer o ajuste a valor justo em dezembro de 2020. Em 2021 ocorreu a liquidação do fundo, resultando na conversão das cotas de participação na investida, quando passou a CASAN a deter uma parte do capital social da empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios (uma sociedade anônima de capital fechado, a qual não é dirigida pela CASAN). A Companhia está em tratativas e buscando opções para realizar a venda dessa participação.

Em razão dessa perda, a CASAN realizou uma auditoria internamente, processo de sindicância e Tomada de Contas Especial, bem como encaminhou o processo ao Tribunal de Contas (sob o nº TCE 22/00496456) e à Comissão de Valores Mobiliários (sob o nº 19957.013002/2022-10).

Em 25 de julho de 2024 o Pleno do Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE/SC, considerou irregulares a aceitação, a manutenção e a aquisição de cotas de fundos de investimentos pela Companhia, em decorrência de acordo extrajudicial realizado com a Fundação CASAN (Fucas) para quitação de dívida via dação em pagamento. A decisão condenou os responsáveis à época (ex-gestores da Companhia) à devolução dos R\$14 milhões investidos. A Companhia está acompanhando os desdobramentos desse processo por meio de sua Procuradoria Jurídica, com o objetivo de garantir que a CASAN seja devidamente ressarcida pelos prejuízos identificados.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços.

Quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, como parcelamentos de dívidas vincendas em mais de 12 meses, estão apresentadas no ativo não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de setembro de 2024.
Em milhares de reais



Notas Explicativas

	30/09/2024	31/12/2023
Circulante		
Consumidores finais	289.647	254.566
Entidades públicas	28.105	27.429
Consumo a faturar	87.693	75.521
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa PCLD	(83.662)	(73.701)
Total Circulante	321.783	283.815
Não circulante		
Consumidores finais	10.228	14.924
Entidades públicas	6.240	7.492
Créditos reconhecidos como perdas	346.324	316.742
(-) Perdas reconhecidas	(346.324)	(316.742)
Total Não circulante	16.468	22.416
Total Contas a Receber de Clientes	338.251	306.231

A seguir apresentam-se as contas a receber em 30 de setembro de 2024, segregadas por categoria e pela faixa de idade dos saldos:

CATEGORIA	A vencer	< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	> 720 dias	Total
Comercial	28.618	5.531	1.757	10.140	39.618	85.664
Industrial	4.823	567	137	988	6.067	12.582
Pública	18.633	3.899	3.758	18.704	112.163	157.157
Residencial	123.931	46.089	12.815	53.830	188.476	425.141
Consumo a faturar	87.693	-	-	-	-	87.693
	263.698	56.086	18.467	83.662	346.324	768.237
PCLD	-	-	-	(83.662)	(346.324)	(429.986)
Total Contas a Receber	263.698	56.086	18.467	-	-	338.251

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais e equipamentos são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e das atividades de suporte.

Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante, conforme segue:

	30/09/2024	31/12/2023
Total Estoques, Materiais em almoxarifado	119.170	130.523

Notas Explicativas

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar, possuem seu principal montante relacionado a impostos sobre o lucro, que possuem fechamento anual.

Apresentam a seguinte composição:

	30/09/2024	31/12/2023
Imposto de Renda a compensar	54.350	16.441
Contribuição Social a compensar	20.035	6.132
Impostos retidos a recuperar	15.550	5.161
Outros	222	535
Total	90.157	28.269

12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas.

Esses créditos são apresentados no ativo circulante. Casos em que a realização ocorre em período superior a um ano após a data da demonstração, saem desse grupo e passam a figurar no ativo não circulante.

Apresentam a composição a seguir:

	30/09/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores	7.580	8.442
Convênios com prefeituras	638	638
Adiantamentos a empregados	6.814	2.066
Cauções	3.774	-
Pagamentos reembolsáveis	1.081	1.342
Outros créditos	1.089	918
Total	20.976	13.406

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênios de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários, que possuem prestação de contas posterior à CASAN.

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

13.1. Ativos Financeiros de Contrato

A Companhia registra os valores dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo dos contratos de programa e que conseqüentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato.

Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

A Companhia possui, em 30 de setembro de 2024, R\$876.247 (R\$830.929 em 31 de dezembro de 2023) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões.

Abaixo demonstramos a movimentação do Ativo Financeiro de Contrato:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Ajustes	Saldo em 30/09/2024
Ativos Financeiros de Contrato	830.929	50.099	(4.781)	876.247

13.2. Ativo Financeiro de Municipalizados

Até 30 de setembro de 2024 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ativos Financeiros	Saldo Contábil Inicial	12,5% a.a.	Nº anos restantes	Ajustes até 2023	Saldo Contábil 30/09/2024
Morro da Fumaça	4.438	554	2	3.328	1.110
Bombinhas	6.933	883	1	6.050	883
Ilhota	1.498	188	1	1.310	188
Princesa	189	24	2	142	47
Guabiruba	2.062	258	2	1.547	515
Videira	9.798	1.225	2	7.348	2450
Porto Belo	7.469	934	8	0	7.469
Caçador	15.040	1.880	8	0	15.040
Total	47.427	5.946		19.725	27.702

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.



Notas Explicativas

Segue abaixo demonstrativo com valor histórico, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial	Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Joinville	2005	135.000
Itapoá	2007	3.469	Papanduva	2005	800
Imbituba	2014	25.037	Três Barras	2011	2.281
Massaranduba	2010	2.486	Timbó	2005	5.000
Meleiro	2009	571	Itapema	2005	4.000
Palhoça	2007	10.000	São José do Cedro	2014	3.584
Penha	2012	8.896	Lages	2005	110.000
Praia Grande	2013	1.078	Garuva	2012	475
Presidente Getúlio	2010	4.536	Gravatal	2015	8.308
São João Batista	2005	1.900	Videira	2018	9.000
Bombinhas	2017	7.100	Guabiruba	2018	3.072
Princesa	2017	191			
Total de Indenizações, considerando valor inicial, no ano de saída:					452.705

13.3. Outros Créditos a receber

A Companhia proferiu com êxito o ajuizamento de execução das CCIs recebidas após a liquidação do Fundo Florença. Com isso, as devedoras assinaram um Termo de Acordo com a CASAN com as seguintes condições de pagamento:

- Valor do Acordo: R\$3.785, sendo 10% de entrada e o saldo remanescente dividido em 60 pagamentos mensais, sendo que da 2ª parcela em diante há a correção do saldo devedor pelo IPCA do mês anterior.

	30/09/2024	31/12/2023
Outros Créditos a Receber	3.121	-

Notas Explicativas

14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza da Provisão:	30/09/2024				31/12/2023
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Créditos de liquid. duvidosa	83.662	20.915	7.530	28.445	25.058
Contingências trabalhistas	6.562	1.641	590	2.231	4.081
Contingências cíveis	55.259	13.815	4.973	18.788	22.205
Contingências ambientais	-	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	1.982
Total	145.483	36.371	13.093	49.464	53.326
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				49.464	53.326

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

As movimentações do ativo fiscal diferido foram as seguintes:

Imposto de Renda Diferido Ativo	01 de janeiro de 2023	Creditado / Debitado à DRE	31 de dezembro de 2023	Creditado / Debitado à DRE	30 de setembro de 2024
Provisão crédit. liquid. duvidosa	20.121	4.937	25.058	3.387	28.445
Provisão para contingências	27.162	(876)	26.286	(5.267)	21.019
Prejuízo Fiscal	13.328	(11.346)	1.982	(1.982)	-
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	-
Total	60.611	(7.285)	53.326	(3.862)	49.464

15. INTANGÍVEL, ATIVO DE CONTRATO E IMOBILIZADO

Os grupos de ativos Intangível, Imobilizado e Ativos de Contrato da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

15.1. Ativos Intangíveis

	31/12/2023 Líquido	Amortização	Baixas e Ajustes	Aquisições / Transf.	30/09/2024 Líquido
Sistema de Água	599.358	(62.544)	(15.821)	115.130	636.123
Sistema de Esgoto	1.073.169	(61.683)	(16)	16.457	1.027.927
Total	1.672.527	(124.227)	(15.837)	131.587	1.664.050

Notas Explicativas

15.2. Ativos de Contrato

Os Ativos de Contratos (obras em andamento) referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representados:

	30/09/2024	31/12/2023
Produção	386.297	341.365
Distribuição	61.044	75.787
Projetos e obras de operação Imediata	53.458	46.904
Total Água	500.799	464.056
Coleta, tratamento, lançamento final, projetos e estudos	992.896	800.651
Projetos e obras de operação Imediata	7.956	3.381
Total Esgoto	1.000.852	804.032
Projetos e obras administrativas	21.316	15.706
Estoques de obras, adiantamentos e convênios municipais	16.890	14.883
Total Obras Administrativas e Estoque de Obras	38.206	30.589
Total Ativos de Contrato	1.539.857	1.298.677

A posição e movimentação das obras em andamento do período está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2023	Adições	Transferências	30/09/2024
Ativos de Contrato	1.298.677	364.998	(123.818)	1.539.857

15.3. Ativos Imobilizados (administrativos)

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

	31/12/2023 Líquido	Depreciação	Baixas e Ajustes	Aquisições / Transf.	30/09/2024 Líquido
Ativos Administrativos	60.935	(6.643)	(1.518)	2.418	55.192

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido em 30 de abril de 1996 pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação. Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	30/09/2024	31/12/2023
Ativos reavaliados	224.422	240.020
Tributos sobre a reavaliação	(56.943)	(60.901)
Saldo da reavaliação	167.479	179.119

Notas Explicativas

15.4. Investimentos no período

De janeiro a setembro de 2024, o montante de investimentos registrado pela Companhia nos municípios catarinenses foi de **R\$420.359**.

Abaixo, destacamos as maiores obras em andamento durante o período.

Município	Obra	
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F)
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande
São José e Florianópolis	Esgoto	Construção da Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas
Diversos	Água	Aquisição de tubulações
Diversos	Água	Aquisição de reservatórios
Xanxerê, Xaxim e Chapecó	Água	Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado)
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos Ingleses
Braço do Norte	Água	Ampliação da Estação de Tratamento de Água
Araquari	Água	Construção da Estação de Tratamento de Água
Biguaçu	Água	Construção da Estação de Tratamento de Água

15.5. Depreciação e Amortização

De maneira geral, as taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	30/09/2024	31/12/2023
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações junto às Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro. A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, apresentada nas notas explicativas abaixo:

	30/09/2024		
	Dívida	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	198.356	(13.178)	185.178
Japan International Cooperation Agency - JICA	419.986	(32.223)	387.763
Total de Operações líquidas no exterior	618.342	(45.401)	572.941

Notas Explicativas

	30/09/2024		
	Dívida	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Caixa Econômica Federal – CAIXA	276.425	(91.036)	185.389
Debêntures	1.561.383	(475.357)	1.086.026
Banco Safra	9.841	(0)	9.841
Banco do Brasil	202.566	(67.734)	134.832
Banco ABC	85.571	(26.403)	59.168
Total Operações Líquidas no país	2.135.786	(660.530)	1.475.256
Total Empréstimos e Financiamentos	2.754.128	(705.931)	2.048.197

A seguir, a comparação com o ano de 2024 e 2023, pelos seus valores líquidos:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023	
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	64.036	54.955	121.142	133.464	Nota Exp.
Japan International Cooperation Agency - JICA	36.491	34.542	351.272	332.781	1,20% a.a.
Total de Operações no exterior	100.527	89.497	472.414	466.245	
Caixa Econômica Federal	13.984	12.680	171.405	180.138	Nota Exp.
Debêntures	184.048	175.686	901.978	1.016.905	Nota Exp.
Banco Safra	9.841	23.591	-	3.917	Nota Exp.
Banco ABC	8.264	36.769	50.904	27.647	Nota Exp.
Banco do Brasil	17.560	527	117.272	109.167	Nota Exp.
Total de Operações no país	233.697	249.253	1.241.559	1.337.774	
Total de Empréstimos e Financiamentos	334.224	338.750	1.713.973	1.804.019	

- a. Os contratos de empréstimos junto a AFD estão sujeitos a COVENANTS.
- b. As amortizações, do principal e dos encargos financeiros incorridos, obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano	30/09/2024
Amortizações para 2024	115.968
Amortizações para 2025	354.673
Amortizações para 2026	517.897
Amortizações para 2027	338.108
Amortizações para 2027 em diante	721.551
Total	2.048.197

- c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, pelas taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo 1 Euro equivalente a R\$5,3979



Notas Explicativas

em 29 de dezembro de 2023 e R\$6,07190 em 30 de setembro de 2024 e; 1 Iene equivalente a R\$0,03422 em 29 de dezembro de 2023 e R\$0,03803 em 30 de setembro de 2024.

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte de Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 30 de setembro de 2024 o saldo devedor é de R\$185.178 equivalente a €29.926.

Japan International Cooperation Agency – JICA

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e de ¥2.102.000 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 30 de setembro de 2024 a Companhia recebeu o montante de R\$465.071 (¥11.666.833) para as obras e de R\$70.401 (¥2.421.970) para consultoria. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20 de março de 2017 e finalizará em 20 de março de 2035. Em 30 de setembro de 2024 o saldo devedor é de R\$387.763 equivalente a ¥10.147.841.

Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	30/09/2024	31/12/2023
2010	2032	15.897	16.866
2012	2034 a 2036	169.492	175.952
Total		185.389	192.818

O valor do principal e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Debêntures - 2ª Emissão

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será



Notas Explicativas

em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a. Em 30 de setembro de 2024 o saldo devedor é de R\$368.066.

Debêntures Simples e Incentivada - 3º Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de novembro de 2023 ("Aprovação Societária"), foram aprovadas as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até duas séries, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta");

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026.

Em 30 de setembro de 2024 o saldo devedor das Debêntures é de R\$1.086.026

Banco Safra

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304% ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – "base over", divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e final em 12 de fevereiro de 2025. Em 30 de setembro de 2024 o saldo devedor é de R\$9.841.



Notas Explicativas

Banco do Brasil

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$16.911 do contrato. Em 30 de setembro de 2024 o saldo devedor é de R\$22.367.

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de fevereiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$14.130 do contrato. Em 30 de setembro de 2024 o saldo devedor é de R\$36.049.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$70.000 (setenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$18.958 do contrato. Em 30 de setembro de 2024 o saldo devedor é de R\$51.295.

Em 28 de junho de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$25.000 (vinte e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de agosto de 2025 e final em 15 de julho de 2027. Em 30 de setembro de 2024 o saldo devedor é de R\$25.121.

Banco ABC

Em 31 de Maio de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 19 de maio de 2023 e final em 28 de abril de 2027. Em 30 de setembro de 2024 o saldo devedor é de R\$33.742.

Em 23 de Dezembro de 2023, foi contratado uma CCB com o Banco ABC no valor de R\$25.000. (vinte e cinco milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. Em 29 de setembro de 2023 foi realizado um aditivo do contrato prorrogando a amortização. A amortização e alterando a taxa de juros para 3,60%. Em 27 de junho de 2024 foi realizado um novo aditivo prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros para 3,40%. A amortização ficou com vencimento inicial em 15 de agosto de 2025 e final em 17 de maio de 2027. Em 30 de setembro de 2024 o saldo devedor é de R\$25.426.

Notas Explicativas

European Investment Bank -BEI

Em 14 de dezembro de 2023 foi assinado o contrato de financiamento junto ao European Investment Bank – BEI, no montante de €100.000 (cem mil euros) que tem como objetivo realizar investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 30 de setembro de 2024 não ocorreu nenhum desembolso.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos

	30/09/2024	31/12/2023
Circulante:		
Provisão para férias	65.611	43.892
INSS	8.372	8.221
FGTS	1.935	2.837
IR s/folha de pagamento	6.220	9.132
Consignações	2.698	2.568
Salários	14.579	14.461
Outros	797	767
Total Circulante	100.212	81.878
Não Circulante:		
Participação em resultados	-	3.176
Total Não Circulante	-	3.176

18. TRIBUTOS A RECOLHER

As composições eram conforme aberturas nos seguintes valores:

	30/09/2024	31/12/2023
Circulante:		
REFIS	147	4.367
COFINS	11.787	20.050
COFINS PARCELAMENTO	24.058	17.573
PIS	2.550	4.332
PIS PARCELAMENTO	5.204	3.803
Imposto de Renda - retenções	200	350
Imposto de Renda sobre lucro real	65.406	17.616
PIS/COFINS/CSLL - retenções	746	1.324
INSS de terceiros	1.200	949
Contribuição social sobre lucro real	24.132	6.806
Outros	760	703
Total circulante	136.190	77.873

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de setembro de 2024.
Em milhares de reais



Notas Explicativas

	30/09/2024	31/12/2023
Não circulante:		
REFIS	497	577
COFINS PARCELAMENTO	70.540	62.966
PIS PARCELAMENTO	15.259	13.626
Total não circulante	86.296	77.169

Em abril de 2023, após análise financeira de mercado, a Companhia optou por iniciar o parcelamento em 60 vezes, do pagamento dos débitos com PIS e COFINS sobre faturamento, conforme regras da receita federal.

Em 2009 a Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 28 de setembro de 2011. Os saldos e a mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Saldo anterior	4.367	8.418	577	4.755
Transferências	115	4.455	(115)	(4.455)
Atualizações (TJLP)	58	186	35	277
Amortizações	(4.393)	(8.692)	-	-
Total	147	4.367	497	577

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$56.943 em 30 de setembro de 2024 (R\$60.901 em 31 de dezembro de 2023), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Constituídas com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, as provisões são em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	30/09/2024	31/12/2023
Provisão contingências cíveis	55.260	65.307
Provisão contingências trabalhistas	6.562	12.002
Total Provisões	61.822	77.309



Notas Explicativas

	30/09/2024	31/12/2023
Total Depósitos dados em garantia	(102.046)	(108.598)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(40.224)	(31.289)

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores de provisões os processos classificados como perdas possíveis ou remotas.

As ações judiciais com grau de risco classificado como possível, pela área jurídica da Companhia, fecharam em R\$444.516 (R\$718.700 em 31 de dezembro de 2023).

20.1. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento.

20.2. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações, demissões sem justa causa etc.), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estima e provisiona o valor em face de eventuais perdas nesses processos.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

21.1. Plano CASANPREV

O plano CASANPREV, aprovado em 6 de agosto de 2008, é oferecido aos funcionários da Companhia, que patrocina o plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

Em 30 de setembro de 2024 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$59.011 (R\$59.011 em 31 de dezembro de 2023).

O Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido.

A seguir demonstramos a projeção da despesa para o exercício de 2024:

Componentes do custo / (receita) próximo exercício	31/12/2024
Custo do serviço corrente (parte patronal) (1+2)	(1.122)
1 Custo do serviço corrente bruto	1.270
2 Contribuições esperadas de ativos para próximo exercício	(2.392)
Custo líquido dos juros	5.183
Custo do benefício pós-emprego no período	4.061



Notas Explicativas

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a empresa Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota, na referida data base.

O valor da despesa projetada para o exercício de 2024 será registrado no mês de dezembro de 2024.

Em 28/03/2024, o Conselho de Administração, na 437ª Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – CASANPREV referente ao Exercício de 2022, no valor de R\$24.775 apurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001 e com a Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit será equacionado paritariamente pela Patrocinadora (CASAN), participantes e assistidos do plano CASANPREV, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de R\$12.234, a ser pago através de parcelas mensais, iniciando-se em abril de 2024 cujo prazo total é de 18 anos, com o valor nominal da parcela mensal inicial no montante de R\$92.

A amortização mensal das parcelas será dada pela Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 4,86% ao ano e atualizadas mensalmente, a partir da data base, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a ser utilizado no Plano CASANPREV.

Deste modo, o passivo atuarial do Plano refletirá o equacionamento quando o mesmo for atualizado, ao final do exercício de 2024.

21.2. Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações.

	30/09/2024	31/12/2023
PDVI 2017 – Passivo Circulante	92.070	89.523
PDVI 2017 – Passivo Não Circulante	51.296	115.896
Total PDVI	143.366	205.419

22. PARTES RELACIONADAS

22.1. Transação com Partes Relacionadas

A Companhia participava de transações com seu acionista controlador, o Estado, via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento, e a acionista CELESC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de setembro de 2024.

Em milhares de reais

**Notas Explicativas**

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Gov. do Estado - SC (Precatórios) ¹	-	-	39.301	24.612	-	-	-	-
Sec. do Estado da Fazenda-SEFAZ	6.039	5.839	-	-	32.886	28.894	-	-
SEFAZ (BNDES) ²	-	-	-	6.798	-	-	-	412
Celesc	118	60	10.313	9.628	-	-	100.871	93.850
Total	6.157	5.899	49.614	41.038	32.886	28.894	100.871	94.262

¹ A CASAN ingressou ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios do Estado de Santa Catarina, compondo o passivo de dívidas do Estado.

² O contrato com o BNDES, de julho de 2008, no valor R\$150.475, com juros de 3,54% ao ano + TJLP, amortizado em 150 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em fevereiro de 2012 e a última foi quitada em julho de 2024. Desde 2010, quando o Poder Executivo assumiu estas obrigações junto ao BNDES, esses valores passaram a ser contabilizados como referente a Partes Relacionadas, no passivo não circulante. Tais valores conservam as mesmas características iniciais, porém ficavam como dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

22.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração global dos administradores para o exercício de 2024 foi aprovada pela 54ª/2023 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 29 de abril de 2024, no montante global de até R\$4.827. Em 2023 a aprovação se deu pela 53ª/2023 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2023, no montante de até R\$4.091.

Abaixo, apresentamos o quadro de remuneração dos administradores:

Descrição	30/09/2024	30/09/2023
Salário ou Pró-labore	1.814	1.784
Benefícios diretos e indiretos	740	912
Representações	113	108
Diárias	28	30
Total	2.695	2.834

23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.266 em 30 de setembro de 2024 (R\$18.266 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

Notas Explicativas

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

Em 23 de setembro de 2024 a operação de Aumento de Capital (iniciada em 24 de junho de 2024 através de Aviso aos Acionistas), com objetivo de destinar os valores à aplicação em novos investimentos, foi homologada com a emissão de 111.001.402 novas ações e R\$130.742 subscritos.

Assim, o capital social da Companhia subscrito e integralizado passou a R\$1.355.289 (R\$1.224.547 em 31 de dezembro de 2023), representado por 1.150.656.560 ações (1.039.655.158 ações em 31 de dezembro de 2023), nominativas e sem valor nominal.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado a seguir:

Acionistas	30/09/2024			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Governo do Estado de Santa Catarina	515.303.611	521.749.832	1.037.053.443	90,1%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,9%
Demais Acionistas	61.617	50.071	111.688	0,01%
Total de ações	572.078.479	578.578.081	1.150.656.560	100%

Acionistas	31/12/2023			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Governo do Estado de Santa Catarina	460.598.011	465.460.017	926.058.028	89,1%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	10,9%
Demais Acionistas	57.459	48.242	105.701	0,01%
Total de ações	517.368.721	522.286.437	1.039.655.158	100%

As ações preferenciais, são sem direito a voto e com prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos.

As ações ordinárias e preferenciais dão direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações, sendo que as ações preferenciais têm direito a um recebimento 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

24.2. Reserva de Lucros

Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social.

Notas Explicativas

Reserva para Fundo de Investimentos

Conforme art. 72º do Estatuto Social da CASAN, o saldo remanescente (após a destinação da reserva legal e dividendos) será destinado a uma Reserva para Plano de Investimentos, que terá por finalidade assegurar investimentos em água e esgotamento sanitário ou acréscimo ao capital de giro para amortização de dívidas.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.

24.3. Resultado por Ação

	30/09/2024	30/09/2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	174.224	40.548
Quantidade total de ações	1.150.656.560	949.739.585
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	0,15141	0,04269

24.4. Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa nº 21) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia no primeiro trimestre de 2024 e 2023 estão apresentadas abaixo:

	30/09/2024	30/09/2023
Tarifas de água	1.217.581	1.030.606
Tarifas de esgoto	338.272	277.765
Outras receitas de serviços de água	17.525	15.677
Outras receitas de serviços de esgoto	71	72
Total do faturamento	1.573.449	1.324.120
Impostos sobre vendas e outras deduções	(147.506)	(124.845)
Total receita líquida	1.425.943	1.199.275

A Companhia apresenta a receita operacional líquida sem os valores da Receita de Construção (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção (CPC 47) vinculados aos contratos de concessões até 30 de setembro de 2024, no montante de R\$390.226 (R\$311.044 em 30 de setembro de 2023), ou seja, com margem nula.

Notas Explicativas

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	30/09/2024	30/09/2023
Salários e encargos*	389.733	360.827
Materiais	79.274	90.512
Serviços de terceiros	258.850	249.961
Gerais e tributárias	42.544	60.213
Depreciações, amortizações e provisões	123.837	133.836
Perdas realização créditos e Provisão devedores duvidosos	39.606	32.153
Recomposição de pavimentação	27.766	17.105
Fundos para programas municipais**	58.729	22.741
Amortização direito de uso de bem	21.223	53.398
Total	1.041.562	1.020.746

27. GASTOS COM EMPREGADOS

Segue abaixo a relação dos gastos com empregados da Companhia:

	30/09/2024	30/09/2023
Salários	150.107	140.396
Férias, Abono e 13º Salário	42.059	39.568
Custos previdenciários	68.736	63.503
FGTS	17.650	16.479
Programa de alimentação	38.004	31.009
Programa de saúde	33.152	26.431
Gratificações	27.762	24.770
PDVI – Demissão voluntária incentivada	5.765	12.237
Outros benefícios	6.497	6.434
Total	389.732	360.827
Número de empregados	2.689	2.635

28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia está apresentado abaixo:

	30/09/2024	30/09/2023
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	1.067	808
Juros ativos	4.465	2.263
Rendimento de aplicações financeiras	24.237	6.811
Acréscimos por inadimplências contratuais	20.559	-
Ganho com recuperação de crédito	52	165
Outros	-	15.194
Total Receitas Financeiras	50.380	25.241

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 de setembro de 2024.

Em milhares de reais



Notas Explicativas

	30/09/2024	30/09/2023
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(157.376)	(150.955)
Variações monetárias e cambiais (reversão)	(24.175)	17.925
Multas e juros*	(14.965)	-
Correção monetária	(266)	-
Outras	(3.220)	(16.753)
Total Despesas Financeiras	(200.002)	(149.783)
Resultado Financeiro Líquido	(149.622)	(124.542)

*Valores de juros e multas referem-se aos juros do parcelamento dos tributos PIS e COFINS.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras receitas são compostas substancialmente por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 21 e 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

	30/09/2024	30/09/2023
Outras receitas operacionais		
Indenizações e ressarcimento de despesas	4.668	122
Comissão prestação de serviços/convênios	810	810
Reversão causas trabalhistas	10.446	537
Reversão causas cíveis	10.191	802
Reversão causas ambientais	-	4.500
Vendas de bens do imobilizado	1.019	993
Contribuições e doações	2.336	738
Outras	30	28
Total Outras Receitas Operacionais	29.500	8.530
Outras despesas operacionais		
Baixa de imobilizado	(488)	(222)
Provisões causas cíveis	(12)	-
Fiscais e tributárias	(94)	(375)
Total Outras Despesas Operacionais	(594)	(597)
Outras Receitas (Despesas) Oper. Líquidas	28.906	7.933

30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 30 de setembro de 2024 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$69.775. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Companhia aluga 553 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.



Notas Explicativas

31. CONCESSÕES DE CONCÓRDIA E SÃO MIGUEL DO OESTE

Diante da deflagração de processos licitatórios para a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelos municípios de Concórdia e São Miguel do Oeste, a CASAN segue atuando perante os referidos Municípios, Agências Reguladoras e Órgãos de Controle, no sentido de resguardar os seus direitos em observância aos princípios e dispositivos regulatórios e legais.

A licitação de Concórdia teve recentemente a homologação em nome do Consórcio GS Inima/Traçado, e está em prazo de assinatura do contrato. No âmbito do TCE/SC o processo se encontra em análise pelo Ministério Público de Contas, sendo o foco do debate o valor dos investimentos a serem indenizados previamente à Companhia, considerando o vulto da divergência dos valores estimados pelo Município de Concórdia e os valorados pela CASAN.

A licitação de São Miguel do Oeste está cautelarmente sustada, sem abertura da proposta de preços. No presente momento, após retificações procedidas pelo poder concedente, foi emitido Parecer pelo Ministério Público de Contas, recomendando que a Agência Reguladora ARIS venha participar do processo, a fim de contribuir no levantamento da indenização dos ativos não amortizados, a serem pagos previamente à Companhia.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

De 30 de setembro de 2024 até 04 de novembro de 2024 data de autorização destas demonstrações contábeis, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Florianópolis – SC Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração das informações trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Benefícios a Empregados (Nota Explicativa 3.10 e 21.1)

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de Contribuição Variável. Em 30 de setembro de 2024, a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$ 59.011 mil. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada (Nota Explicativa 3.10 e 21.2)

A Companhia possui um Plano de Demissão Voluntária Incentivada. Em 30 de setembro de 2024, a Companhia apresenta, a título de obrigações com o PDVI, o montante de R\$ 143.366 mil em Passivo Circulante e Não Circulante. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 4 de novembro de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S 2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Jorge Luiz Menezes Cereja Contador 1 CRC RS 43679/O Sócio Responsável Técnico

Rosângela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues Contadora CRC RS 65.932/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as informações relativas ao 3º ITR encerrado em 30 de setembro de 2024.

Florianópolis, SC, 04 de novembro de 2024.

Edson Moritz
Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Natan Marcondes Monteiro Osorio
Diretor Administrativo

Giovani Pickler
Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais do período encerrado em 30 de setembro de 2024.

Florianópolis, SC, 04 de novembro de 2024.

Edson Moritz
Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Natan Marcondes Monteiro Osorio
Diretor Administrativo

Giovani Pickler
Diretor Comercial

Pedro Joel Horstmann
Diretor de Operação e Expansão